

# Bom começo, mau sinal.

MARCEL DOMINGOS SOLIMEO

23 JUL 1994

Os primeiros dias de vigência do Real transcorreram de forma muito mais tranqüila do que era esperado, revelando a capacidade de adaptação do povo brasileiro, empresários e consumidores, às freqüentes, e radicais, mudanças que o governo promove na economia.

A condução da política econômica por parte do Banco Central no início do plano se revelou competente permitindo uma acomodação rápida do mercado à estabilização dos preços. O comportamento dos preços tem sido favorável e a inflação efetiva de julho, medida pelo critério ponta a ponta, será muito baixa o mesmo podendo ocorrer nos próximos dois meses.

O plano não está isento de riscos. A obtenção do equilíbrio fiscal está sujeita a fortes pressões do lado dos gastos. Reajuste do funcionalismo, desequilíbrio da Previdência, a questão do salário mínimo, as carências da saúde representam ameaças difíceis de serem contornadas.

Do lado dos salários podem vir outras pressões. Se com a retomada da atividade econômica as empresas cederem a reivindicações salariais por reposições de perdas passadas, concedendo aumentos superiores aos do incremento da produtividade, poderá se desencadear nova corrida preços-salários comprometendo a estabilidade.

O risco mais imediato, no entanto, parece ser o da questão da dosagem das taxas de juros. Os níveis extremamente elevados dos primeiros dias



IMPOSTOS COMO  
O IPMF E O IOF SÃO  
INCOMPATÍVEIS COM TAXAS  
BAIXAS DE INFLAÇÃO

podem ser justificáveis como uma cautela mas não podem ser mantidos por mais tempo sob pena de conduzirem a uma recessão e pressionarem os preços. Os efeitos das taxas de juros se fazem sentir mais sobre a produção do que sobre o consumo. Além disso as vendas da indústria para o comércio, e mesmo entre indústrias, separam preços mais juros, de forma que o aumento do custo do dinheiro afeta a estabilização.

A elevada tributação sobre as operações financeiras faz com que as taxas de juros pos-

sam ser, ao mesmo tempo, desestimulantes para os aplicadores e sufocantes para os tomadores.

Impostos como o IPMF e o IOF são incompatíveis com taxas baixas de inflação e se o governo aposta firmemente na estabilidade tem que rever com urgência essa tributação.

Se a equipe econômica parece segura de que o plano é consistente e pode atingir os resultados a que se propõe, assegurar uma transição tranqüila do final de governo e possibilitar ao novo presidente promover a estabilização definitiva, em

outras áreas governamentais a confiança parece ser menor. Por isso pretendem ajudar a política econômica com a "polícia econômica" ameaçando empresários com a estapafúrdia lei contra o abuso econômico que, na verdade, se constitui em um sistema de controle de preços sem regras claras, que deixa ao arbítrio dos burocratas caracterizar "lucros arbitrários" e "aumentos injustificados de preços".

A utilização dessa lei para decretar a prisão preventiva de empresários é um mau sinal pois demonstra a volta da demagogia que caracterizou outros planos. É muito fácil para burocratas que nada arriscam, nem o emprego porque gozam de estabilidade, promover "caça às bruxas" gerando insegurança e desestímulo que podem comprometer investimentos e empregos.

Inflação é desvalorização do valor da moeda e resulta da administração da política monetária. O aumento de preços é consequência dessa desvalorização. Se o governo quer efetivamente combater a inflação deve usar toda sua força para garantir o equilíbrio de suas contas e o controle da emissão de moeda e estimular os empresários a aumentarem a produção. Sem demagogia e arbitrariedades.

O AUTOR

Marcel Domingos Solimeo é economista e superintendente técnico do Instituto de Economia da ACSP

